

AS SUBSEDES

Companheiros/as,

Com a determinação e a ousadia que lhe é peculiar o SINTEP/MT realiza mais um Conselho de Representantes com objetivo de avaliar e de deliberar sobre as ações estratégicas para o encaminhamento da luta pela qualidade do ensino público e pela valorização dos profissionais da educação em MT.

O Conselho aconteceu nos dias 27 e 28 de outubro, contou com a presença de representantes da categoria das diversas regiões do estado que aprovou as seguintes deliberações:

1. DA CAMPANHA SALARIAL

O conselho de Representantes avaliou como positiva as atividades realizadas na divulgação, mobilização e intensificação da Campanha Salarial. Para manter a luta pelo PISO e intensificar a luta, na prática, foram propostos os seguintes encaminhamentos:

Atividades de encaminhamentos e mobilização:

- Dar ênfase na “equiparação salarial” como “mote” da Campanha Salarial na luta pelo Piso com jornada e carreira unificada;
- Denunciar os desmandos do governo e a falta de autonomia da Seduc/MT na gestão dos recursos da educação;
- Buscar estratégias para envolver outros atores (SAD, SEFAZ, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA e MP) nas discussões sobre os recursos da educação;
- Manter as atividades de mobilização estadual (marcha, atos e outras), casadas com atividades nos municípios e continuar participando das atividades nacionais de sensibilização à comunidade.

Produção de materiais:

- Produzir documentos informativos (cartilha, mural e outros) com o objetivo de divulgar o crescimento econômico de MT, contemplando a Política de Arrecadação, de renúncia e de isenção fiscal, denunciando o que significa de prejuízo para a qualidade dos serviços públicos;
- Cada Subsede produzir informativo sobre as conquistas da carreira e sobre a aplicação dos recursos da educação no município;
- Produzir mais materiais da campanha (cartazes, jornal, preguinhas, camisetas etc.) e encaminhar sem atraso aos municípios.

2. DAS REDES MUNICIPAIS

Ficou aprovado que, diante na nova conjuntura pós-eleitoral, as subsedes devem encaminhar como ação estratégica para debater e garantir as condições de piso, jornada e carreira nas redes municipais:

- Apresentar pauta de reivindicação para a nova gestão, tomando como referência os termos da Carta Compromisso e buscar envolver os vereadores nas demandas.
- Transformar a Carta Compromisso em Carta de Intenção
- Encaminhar a Carta Compromisso aos prefeitos eleitos (que não a assinaram)

- Recorrer ao Ministério Público - MP para intervir nos casos das demissões de contratados e comissionados nas prefeituras, após as eleições;
- Recorrer ao MP e Judiciário, nos casos da retenção pelas prefeituras dos descontos consignados na folha dos servidores da rede municipal: desconto de CDC, descontos previdenciários, desconto do Imposto Sindical Anual e do desconto do SINTEP.
- Fazer avaliação da situação dos PCCS nos municípios e prosseguir com a pauta de reformulação, tendo como referência a análise das RECEITAS E DESPESAS da educação.
- Discutir a questão previdenciária nos municípios que tem Previdência Própria.

3. SOBRE A NORMATIVA E PORTARIAS DE ATRIBUIÇÃO EM 2013:

O SINTEP/MT deverá oficializar a SEDUC/MT a respeito dos pontos problemáticos que ainda precisam ser contemplados e/ou revistos nas normas, apontando:

- Que a SEDUC/MT deve apontar, para o processo de atribuição, critérios universais que atendam ao coletivo da categoria;
- Que a SEDUC/MT deve respeitar a autonomia das escolas de organizarem o quadro de pessoal de acordo com sua Proposta Pedagógica;
- Que a SEDUC/MT deve respeitar os princípios da carreira, conforme estabelecidos na LC 050/1998;
- Que a SEDUC/MT deve respeitar a legislação educacional vigente;
- Nas escolas organizadas por ciclos de formação humana a SEDUC/MT deve reforçar os princípios estabelecidos pela Resolução 262/2002, respeitando a Proposta Pedagógica da escola;
- Que a SEDUC/MT deve adaptar o “sistema” (SIGEduca) à realidade das escolas, respeitando a legislação vigente, de forma a não fazer com que as escola fiquem refém do SISTEMA;
- A SEDUC/MT deve de dotar a escola dos equipamentos e materiais necessários ao cumprimento da Política Pedagógica da escola;

Pontos apontados como problemáticos que ainda precisam ser contemplados e/ou revistos:

- **Garantir a Atribuição de classes e/ou aulas:** pela habilitação específica, de acordo com a opção na ficha de contagem de ponto (suprimindo do concurso e/ou enquadramento);
- **Garantir a escolha do professor articulador pelos pares e que a mesma se dê após o processo de atribuição de classes/aulas**
- **Garantir primeiro a atribuição para os contratos temporários** em detrimento das Aulas adicionais para professores efetivos ou estabilizados, que só serão permitidas em caso de necessidade, verificando o;
- **Retirar as novas funções atribuídas ao TAE e que não estão regulamentadas na carreira** (Auxiliar de turmas – intérprete de libras – instrutor surdo – instrutor de fanfarra) - na Ficha de Contagem de pontos do TAE e AAE;
- **Rever o número de turma para definir a Coordenação da escola.** Respeitar a autonomia e as necessidades da escola definidas pela sua Proposta Pedagógica, podendo permanecer como parâmetro o quantitativo de 2011 – 02 coordenadores a partir de 10 turmas;
- **Cumprimento da HTP de acordo com a LOPEB.**
- **Garantir que todos os titulares de cargo tenham sua lotação assegurado na escola seja por processo de atribuição ou resguardo da vaga, evitando os possíveis transtornos futuros.**

Solicitar que seja retirado da Ficha de Contagem de Pontos:

- *Participação voluntária no Pleito Eleitoral/2012;*
- *Por ter mantido os prazos estabelecidos pela secretaria da escola quanto ao preenchimento dos diários de classe (eletrônico) referente a notas, frequência e conteúdos durante o ano de 2012;*
- *Ao professor efetivo que no exercício de 2012 utilizou-se de sua hora-atividade, em todos os semestres/bimestres, para realizar atendimento individualizado a alunos que apresentavam desafios de aprendizagem, mediante apresentação de registro confirmado pela coordenação pedagógica;*

O SINTEP/MT deve produzir “nota” denunciando o olhar mercantilista da SEDUC/MT e sua tentativa de quebrar os princípios da carreira por meio das normativas de atribuição de classes e/ou Aulas e reafirmar a nossa defesa pela jornada única de 30 horas.

4. SOBRE A CONEC - CONFERÊNCIA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS ORGANIZADAS POR CICLOS DE FORMAÇÃO HUMANA

Considerando que na audiência realizada no dia 25.10.2012 o governo assumiu o compromisso de retomar o cronograma da CONEC, definindo o dia 1º de novembro como o dia “D” para acontecer a ETAPA ESCOLAR, o Conselho de Representantes aprovou que:

- As subsedes deverão garantir que o debate nas etapas escolares e municipal tenha como referência o texto produzido pelo SINTEP/MT sobre a concepção de *Organização das Escolas por Ciclo de Formação Humana: “a escola de fases não é o que queremos”;*
- A categoria deve participar ativamente das etapas da conferência (OBSERVAR CALENDÁRIO) defendendo a escola que garanta a aprendizagem, respeitada sua autonomia pedagógica.
- Refletir com a comunidade escolar sobre as condições necessárias para que a escola garanta de fato a aprendizagem.
- Propor envolver a rede municipal na discussão da conferência, na tentativa de garantir delegado/as das duas redes e com isso fomentar a discussão da *Organização das Escolas por Ciclo de Formação Humana* nas redes municipais.

5. AVALIAÇÃO PROPOSTA DO GOVERNO

Os profissionais presentes no Conselho de Representantes apresentaram a avaliação de que o governo não cumpriu o compromisso firmado com Direção do SINTEP/MT na audiência realizada no dia 10.04.2012, sobre os pontos da Pauta de Reivindicação da Categoria aprovada no CR de fevereiro e encaminhada em 1º de março através do ofício de nº 038/SGER/2012/SINTEP/MT.

A respeito dos pontos abordados no Of. n. 1992/2012/GS/SEDUC/MT de 26.10.2012 como resultado da Audiência realizada no dia 25.10.2012 que trata do Piso Salarial - Concurso público - Profuncionário - Ciclo de Formação Humana e outras como questões: Internet – Repasse do Transporte Escolar – Repasse do PDE, a categoria apontou as seguintes deliberações:

- Reafirmar a luta pelo Piso de R\$ 1.937,26 cobrando o compromisso de o governo ampliar os recursos da educação para o mínimo de 35% (Constituição Estadual MT).
- Cobrar do governo agilidade na definição do quadro de vagas e imediata posse dos concursados;
- Necessidade de revisão na metodologia do Profuncionário, considerando a experiência de MT (concepção do curso, área de formação, organização curricular, quadro e abordagem na formação dos formadores – tutores e coordenadores – e outros);

- Agilidade do governo no repasse dos recursos do PDE, do Transporte Escolar, da Alimentação Escolar;
- Além do repasse em dia da merenda escolar, aumento no valor por aluno, uma vez que os comerciantes estão recusando a participar dos PREGÕES em função do atraso dos repasses e baixo valor do produto;

Estando prevista a data de 22.11.2012 para nova rodada de negociação com a Direção Central, onde o governo garante esgotar com todos os pontos da pauta de reivindicação, o Conselho de Representantes aprovou a realização em dezembro de Conselho e Assembleia para avaliar a resposta do governo e tirar as deliberações para 2013.

6. AVALIAÇÃO DA CAMPANHA DE FILIAÇÃO E RECADASTRAMENTO

O Conselho avaliou que a campanha de filiação e de recadastramento foi satisfatória, havendo, porém, a necessidade de maior envolvimento da categoria para ir ao chão da escola e, com isso, ser mais eficazes. Para tanto foram retirados os seguintes encaminhamentos;

- Intensificar a Campanha, principalmente, para novas filiações;
- Envolver os Representantes das Unidades Escolares (RUEs) na Campanha e em todas as ações sindicais para que as informações sejam repassadas às escolas de forma mais eficaz;
- As subsedes produzir encarte com histórico de conquistas na rede estadual e das subsedes (nos municípios) para envolver a categoria;
- Nas assembleias/eventos criar banda para recadastramento e filiações;
- A Subsele preencher as fichas, a partir de dados já existentes e entregar para serem complementados e ser assinadas nos casos de recadastramento;
- Garantir filiação online;
- Ampliar a premiação para filiações (camisetas, brindes);
- Imprimir mais rapidez na divulgação dos resultados do sorteio;
- Atender melhor aos municípios mais distantes;

7. **PRESTAÇÃO DE CONTAS** – Aprovada a Prestação de Contas da Central referente aos meses de Junho - Julho e Agosto.

8. CALENDÁRIO DE ATIVIDADES:

NOVEMBRO

- **1º novembro** – CONEC - DIA D na escola -
- **22/11** – AUDIÊNCIA COM O GOVERNO
- **23 e 24/11** - Seminário étnico racial/SPE/LGBT

DEZEMBRO –

- **08 e 09/dezembro** – Conselho de Representantes
- **10/dezembro** - Assembleia Geral – (pela manhã)
- **10 A 12/dezembro** - CONEC

Desejamos a todo/as determinação e ousadia, sempre, no encaminhamento da luta!

Saudações Sindicais!